



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 311,
Anexo II

Data: 27/05/2025

Horário: 09:32

No dia 27 de junho de 2025, às 9:32, compareceram à sala 311 do Anexo II, os integrantes da Comissão Permanente de Ética - CPE, instituída por meio do Decreto Judiciário nº 856/2024, além da servidora Gabriela Ribeiro de Souza Figueira, assessora do Desembargador Renato Marques da Costa, e das servidoras Letícia Marinho Eglem de Oliveira, coordenadora da Comissão Permanente de Ética, Daiane de Jesus Gama, analista judiciária designada para atuar na CPE e Amanda Gomes dos Santos, supervisora da Corregedoria Geral, conforme deliberação ocorrida na reunião do dia 26 de maio do ano corrente.

Iniciada a reunião, o Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, Presidente da Comissão, a declarou instalada e iniciou a discussão dos itens da pauta. Primeiramente apresentou a servidora Daiane de Jesus Gama, nova integrante do corpo técnico dessa comissão permanente. O Des. Presidente apontou que a ampliação do quadro da comissão possibilitará o melhor desenvolvimento dos seus trabalhos. Todos os presentes deram boas-vindas e desejaram sucesso na nova função.

Dando seguimento aos itens da pauta, Des. Presidente solicitou que a servidora Letícia Eglem realizasse um panorama geral das etapas concluídas e em andamento referentes à campanha inaugural da Comissão de Ética. Sobre as etapas concluídas a referida servidora enfatizou que o fluxograma se encontra finalizado e validado pelo presidente; o e-mail da comissão configurado de acordo com as orientações da Coordenação de Sistema de Informação (Cosis) e da Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (Cotec); a inclusão da parceria com a Coordenadoria de Saúde Ocupacional (Cosop) formalizada; logomarca validada por todos os membros e o formulário notícia (denúncia) e de avaliação da página da comissão finalizados.

A respeito dos cursos de qualificação profissional a servidora Letícia Eglem passou a palavra a servidora Carmem Silva Bonfim dos Santos Rocha que discorreu sobre o assunto, relatando que alguns cursos voltados a temática da ética, já foram identificados e estarão disponíveis dentro do programa Conexão Saber. Para além desses, será preparado um novo curso focado efetivamente no Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado da Bahia, tendo como produtor o servidor Neilto dos Santos Barreto Filho.

O curso, com carga horária estimada de 10 horas, utilizará a cartilha como arcabouço teórico, contendo inicialmente quatro módulos/unidades (direitos, deveres, vedações e conflitos de interesses). Cada módulo terá uma atividade de fixação e outra avaliativa, de modo que o cursista deve obter um determinado rendimento para avançar e concluir a ação educativa. Materiais complementares e o próprio código de ética e conduta serão disponibilizados.

Foi proposto pela servidora Carmem, e validado por todos os membros presentes, a utilização deste material no Projeto Boas-Vindas, curso destinado aos novos servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Na oportunidade, foi informado que será ofertado curso específico para os membros da Comissão Permanente de Ética, disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Por fim, a necessidade de construção de um novo



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 311,
Anexo II

Data: 27/05/2025

Horário: 09:32

curso com foco no Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA) foi discutida e encontra-se em fase de levantamento de dados entre outros tribunais do país.

Dando continuidade, a palavra foi passada à supervisora da Corregedoria Geral, servidora Amanda Gomes dos Santos, que esclareceu pontos importantes sobre a utilização do sistema PJeCOR pela Comissão de Ética. A servidora informou que neste sistema existem dois perfis, o de *juspostulante* e o de procurador gestor. O perfil de *juspostulante* é para pessoas físicas, já o de procurador gestor é utilizado para os magistrados das varas, por meio do qual é cadastrado a unidade judicial e o magistrado como procurador.

Deste modo, foi proposto pela devida servidora que o perfil de procurador gestor é o mais adequado para a tramitação de processos, visto que figurará no polo ativo a Comissão de Ética. Em relação ao sigilo atribuído aos processos perante a corregedoria, foi decidido utilizar o nível 5 em que terão acesso somente os servidores que compõe o corpo técnico da CPE, ou seja, a coordenadora Letícia Eglem e a servidora Daiane Gama, por enquanto.

Na oportunidade, o Des. Presidente reforçou que a Comissão Permanente de Ética não possui competência apuratória, sendo responsável pela recepção e encaminhamento de denúncias sobre infrações éticas à corregedoria competente, que deliberará sobre o assunto, abrindo, por exemplo, sindicância e processo administrativo disciplinar ou arquivando o processo.

Na ocasião, o servidor Neilto dos Santos questionou se seria possível acrescentar algum traço diferenciado nos processos submetidos pela CPE, além da classificação de sigilo. A servidora Amanda informou que poderá ser colocado uma etiqueta com o nome da comissão para diferenciar dos processos na corregedoria.

Prosseguindo o Des. Presidente questionou a servidora Letícia Eglem sobre as etapas em andamento da campanha inaugural. A servidora citada esclareceu que a cartilha do código de ética e conduta do PJBA está quase pronta, necessitando apenas de alguns ajustes. Em relação aos recursos de tecnologia utilizados, a coordenação da comissão continua aguardando o envio de parecer técnico, pela COTEC e COSIS, para validar à conformidade do uso dessas tecnologias de acordo com os protocolos de segurança e sigilo de dados.

A atualização da página institucional da CPE ocorrerá com a finalização da identidade visual da referida comissão pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) e a adesivação da sala, com a logomarca da comissão, já foi solicitada e está agendada para ser instalada no dia do evento de lançamento.

Nesta linha, a coordenadora Letícia Eglem também informou sobre o projeto de animação que está em processo de produção pela Ascom. O roteiro foi desenvolvido em parceria com a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de Discriminação, já sendo validado pelos presidentes das referidas comissões. A proposta tem como objetivo dirimir possíveis dúvidas, por parte de servidores e



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 311,
Anexo II

Data: 27/05/2025

Horário: 09:32

colaboradores, quanto à comissão mais adequada a ser acionada em determinadas situações práticas que eventualmente podem configurar zona de intersecção de competências entre os dois colegiados.

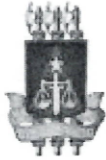
Em relação a definição da quantidade de impressões da cartilha, a coordenadora Letícia Eglem informou que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia possui 1167 unidades ativas e após análise dos dados, considerando o público-alvo do Código de Ética e Conduta do TJBA, sugeriu o envio de 1 cartilha para cada unidade, considerando a quantidade de servidores/colaboradores lotados, chegando ao número inicial de 900 cópias, juntamente com a impressão de cards com o QRCODE da cartilha.

Diante do número elevado de impressões o juiz Eduardo Carlos de Carvalho informou que essa produção impactará diretamente nas metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Em virtude disso, foi recomendado pelo Des. Presidente e pelo juiz Eduardo diminuir a quantidade de impressões. Seguindo esse raciocínio, Carmem propôs o envio de ofício para todas as unidades do TJBA informando sobre a importância e a existência desse material educativo, além do QRCODE supracitado, ideia validada por todos os participantes. O Des. Presidente sugeriu então a diminuição total de cartilhas impressas que será redefinida e recalculada bem como a divulgação do material apenas de forma digital na comarca de Salvador.

Dando seguimento a reunião, a coordenadora Letícia Eglem informou aos presentes sobre as principais estratégias de divulgação da campanha inaugural da Comissão. Durante todas as fases serão utilizados cards impressos (afixados em elevadores, corredores, murais e demais espaços de circulação), cards digitais, matérias publicadas na página institucional da comissão e no site e redes sociais oficiais do TJBA, além de envio de informações no e-mail institucional e whatsapp administrado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp).

Nesse sentido, juiz Moacir propôs que a campanha sinalizasse condutas antiéticas em seu escopo. A servidora Letícia Eglem esclareceu que o objetivo da primeira campanha está concentrado na divulgação da existência da Comissão de Ética, seu funcionamento, canal de notícias (denúncias) e os materiais educativos elaborados para disseminar e ampliar o conhecimento do público do TJBA em relação ao Código de Ética e Conduta do TJBA. Na oportunidade, a coordenadora Letícia Eglem sugeriu que essa temática fosse contemplada nas próximas campanhas educativas a serem realizadas pela Comissão de Ética.

Prosseguindo o Des. Presidente enfatizou que a campanha inaugural deve ser realizada em um evento sob a liderança da Presidente do TJBA, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, cabendo-lhe a definição do horário e data do evento. Diante disso, servidor Neilto comprometeu-se em verificar a disponibilidade da agenda da presidente e realizar os procedimentos necessários para formalizar a demanda. Na oportunidade, juiz Eduardo sugeriu integrar também toda mesa diretora desta corte de justiça no referido evento. Proposta legitimada por todos os envolvidos.



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 311,
Anexo II

Data: 27/05/2025

Horário: 09:32

Nesta linha, a servidora Carmem trouxe para a discussão a necessidade de mudança de local para o lançamento, considerando as autoridades a serem convidadas. Neste aspecto, a servidora Gabriela acrescentou que o lançamento de uma comissão permanente do tribunal, infere-se que todos os desembargadores, bem como os secretariados, precisam ser convidados. Diante do exposto, a servidora Carmem sugeriu a utilização do auditório Desembargadora Olney Silva, visto que este evento precisará ser transmitido. Ficando pendente a verificação da disponibilidade do local.

Nessa seara, também sugeriu a disponibilização de lista de presença para registro dos participantes, considerando a futura necessidade de apresentação de evidências sobre a constituição e os trabalhos da Comissão de Ética. Sugestão ratificada por todos os presentes.

Prosseguindo, o Des. Presidente deliberou que o evento de lançamento da Comissão Permanente de Ética deverá abordar sobre as competências e objetivos de atuação do colegiado, além da apresentação da nova página institucional, do canal de notícia (denúncia) e dos materiais educativos construídos, dando destaque para a cartilha do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Na oportunidade, a coordenadora Letícia Eglen compartilhou a última versão da cartilha, produzida pela Ascom. Todos os membros discutiram sobre a temática e sugeriram pequenas alterações nos personagens, visando abarcar o máximo possível de representatividade, com o intuito de simbolizar a diversidade de identidades presentes no TJBA.

Pedindo a palavra, a servidora Gabriela compartilhou que houve a formação de grupo de trabalho para analisar, apoiar, orientar, monitorar e validar o projeto do Programa de Integridade no âmbito do PJBA e que nenhum membro/servidor desta comissão foi alocado para compor o grupo. Em sua opinião, a Comissão Permanente de Ética deverá compor esta equipe. Na ocasião, a coordenadora Letícia Eglen se colocou à disposição em participar.

Ausentes, justificadamente, a servidora Aline Costa Rauen e o servidor Antônio Nilson Euzébio dos Santos.

Por fim, o Des. Presidente marcou para o dia 11/07/25 a próxima reunião a priori. Ao final agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

Assim, eu, **Daiane de Jesus Gama**, de ordem do Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, subscrevo e encerro a presente ata de reunião com a assinatura de todos os presentes.



Ata de Reunião

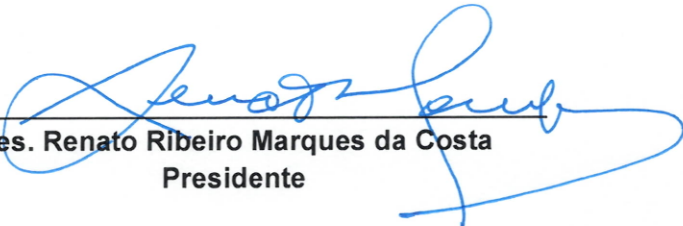
Assunto: Comissão Permanente de Ética

Data: 27/05/2025

Redatora: Daiane de Jesus Gama

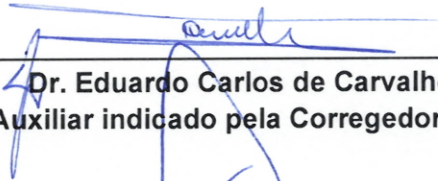
Local: Sala 311,
Anexo II

Horário: 09:32

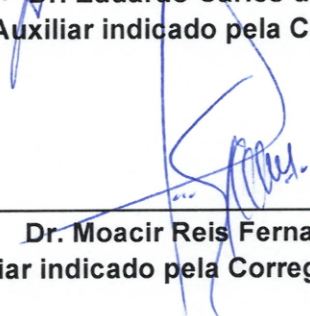


Des. Renato Ribeiro Marques da Costa
Presidente

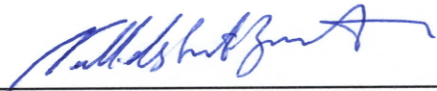
Dr. João Paulo da Silva Bezerra
Juiz de Direito eleito pelos Magistrados



Dr. Eduardo Carlos de Carvalho
Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria Geral de Justiça



Dr. Moacir Reis Fernandes Filho
Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria das Comarcas do Interior



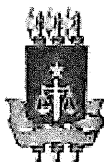
Neilto dos Santos Barreto Filho
Servidor indicado pelo Tribunal Pleno

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Aline Costa Rauen
Servidora indicada pela Secretaria de Gestão de Pessoas



Carmen Silva Bonfim dos Santos Rocha
Servidora indicada pelos Sindicatos e Associação dos Servidores



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 311,
Anexo II

Data: 27/05/2025

Horário: 09:32

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Antônio Nilson Euzébio dos Santos
Servidor eleito em votação direta pelos Servidores